Anúncio n.º 3910-BS/2007

A Dr.ª Sofia Rodrigues, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 402/97.8TBBCCL, pendente neste Tribunal contra o arguido Maurílio Souza Drumon, filho de Mário Aguiar Drumond e de Beatriz Alvany Dousa Drumond, de nacionalidade brasileira, nascido em 23 de Outubro de 1962, titular do passaporte n.º C0191911, com domicílio na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Ed. Pérola Av., bloco A, rés-do-chão, 2, 8125 Quarteira, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 17 de Novembro de 1995, por despacho de 14 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

18 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Sofia Rodrigues*. — A Escrivã-Adjunta, *Amélia Carvalho*.

Anúncio n.º 3910-BT/2007

A Dr.ª Sofia Rodrigues, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Barcelos, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 1610/06.8TBBCCL, pendente neste Tribunal contra o arguido Jose Joaquim da Silva Ribeiro, filho de José Adelino Ferreira Ribeiro e de Maria Arminda Neto da Silva Ribeiro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Março de 1966, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 6902285, com domicílio na Rua José M. Ottoni, 124, 6.º esquerdo, Nogueiró, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 19 de Março de 2003, por despacho de 20 de Março de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido declarado extinto o procedimento criminal.

18 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Sofia Rodrigues*. — O Escrivão Auxiliar, *Fernando Jorge Tenedório Martins*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DO BARREIRO**Anúncio n.º 3910-BU/2007**

A Dr.ª Graça Madalena Carvalho, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Barreiro, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 11/97.IPCBRR, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís António Pimentel Lopes, filho de Domingos Vieira Lopes e de Ursula Pimentel de Carvalho, nascido em 6 de Agosto de 1974, natural de Cabo Verde, de nacionalidade Portuguesa, residente na Rua Frei Luís Luís de Sousa, 10, rés-do-chão esquerdo, Alto do Paiva, Barreiro, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 7 de Janeiro de 1997, por despacho de 13 de Abril de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido ter prestado termo de identidade e residência.

13 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Graça Madalena Carvalho*. — A Escrivã Auxiliar, *Lina Maria Ferreira Espinheira*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BEJA**Anúncio n.º 3910-BV/2007**

O Dr. Vítor Maneta, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Beja, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 208/04.0GTBJA, pendente neste Tribunal contra o arguido Gintautas Liudvikauskas, filho de Augusto e de Albina, natural da Lituânia, nascido em 1 de Maio de 1962, divorciado, agricultor, culturas agrícolas,

titular do passaporte n.º Ld584856, com domicílio na Rua Comandante João Belo, 40, 1.º, 2400 Leiria, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, praticado em 23 de Maio de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Julho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, nomeadamente: Bilhete de identidade, autorização de residência, passaporte, certificado de registo criminal, passe social para transportes públicos, licença de uso e porte de arma, licença de caça, carta de caçador, carta de condução, licença de condução de veículos motorizados ou aeronaves, livrete, título de registo de propriedade de veículos automóveis, atestado de residência, cartão de contribuinte, caderneta militar, cartão de identificação de empresário em nome individual e outros documentos emitidos pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, certificado de contumácia.

10 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Vítor Maneta*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Paula Reis*.

Anúncio n.º 3910-BX/2007

A Dr.ª Elisabete Gomes Nogueira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Beja, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 2/02.2GEBJA, pendente neste Tribunal contra o arguido Marcos Vinhadelli Diogo de Almeida, filho de Benedito Diogo de Almeida e de Rosa Magaly Vinhadelli de Almeida, natural do Brasil, de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Agosto de 1966, divorciado, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 2222195-Brasil, com domicílio na Pensão Saiote, Rua da Biscainha, 21, 7800 Beja, por se encontrar acusado da prática de um crime de maus tratos do conjuge ou análogo, previsto e punido pelo artigo 152.º, n.º 2, do Código Penal, praticado em 16 de Novembro de 2001, um crime de fensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 27 de Janeiro de 2002 e um crime de violação de domicílio, previsto e punido pelo artigo 190.º do Código Penal, praticado em 27 de Janeiro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 25 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

11 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Elisabete Gomes Nogueira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Paula Reis*.

Anúncio n.º 3910-BZ/2007

O Dr. Vítor Maneta, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Beja, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 25/04.7TABJA, pendente neste Tribunal contra o arguido Osvaldo da Costa de Sousa Nunes, filho de Edgar da Costa Nunes e de Donatília da Silva e Sousa Nunes, natural de Aljustrel, Aljustrel, de nacionalidade portuguesa, nascido em 11 de Fevereiro de 1948, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 170120, com domicílio em Vale Serves, Ferreiras, 8200 Albufeira, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 17 de Junho de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 2 de Maio de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos, a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.